

Governo do Tocantins amplia ações contra hanseníase

Janeiro Roxo chama atenção para diagnóstico precoce da doença

Por Isabel Dourado

A campanha Janeiro Roxo é dedicada à conscientização sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce da hanseníase. A doença infecciosa crônica é causada pelo *Mycobacterium leprae*. A Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins (SES) aderiu à campanha do Ministério da Saúde (MS), que este ano traz o tema "Janeiro a Janeiro: vencer a hanseníase é cuidar do Brasil o ano inteiro". O objetivo da campanha é sensibilizar a sociedade para a eliminação da hanseníase como problema de saúde pública.

Em 2025 o Tocantins diagnosticou 807 casos novos da doença; destes, 33 casos foram em menores de 15 anos. A Secretaria enfatiza a necessidade de cada gestor municipal organizar e desenvolver atividades alusivas e campanhas para o fortalecimento da resposta nacional rumo à eliminação da hanseníase como problema de saúde pública.

Os principais sintomas da doença são: aparecimento de manchas brancas, avermelhadas ou amarronzadas; alteração na sensibilidade térmica (ao calor ou ao frio) ou à dor; formigimento; áreas com diminuição dos pelos e da sensibilidade; e fisgadas.

Os casos de hanseníase são diagnosticados por meio do exame físico geral, dermatológico e neurológico, para identificar lesões ou áreas da pele com alteração de sensibilidade e/ou comprometimento de nervos periféricos, com alterações sensitivas



Campanha Janeiro Roxo busca conscientizar população sobre hanseníase

e/ou motoras e/ou autonômicas.

Eliane de Oliveira, Chefe do departamento de Microbiologia médica do Instituto de Microbiologia Paulo de Góes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IMPG/UFRJ), explica que a hanseníase é uma doença crônica que evolui ao longo do tempo, causando um comprometimento progressivo do sistema nervoso do paciente. "A hanseníase pode acometer a função motora e comprometer a autonomia do indivíduo por conta da cronicidade da doença, especialmente se não for tratada. Por isso, é necessário procurar o médico logo no início dos sintomas, pois é totalmente tratável."

Em 1995, como iniciativa inovadora para a ressignificação social da doença, o Brasil determinou, por meio da Lei nº 9.010, que o termo "lepra" e seus derivados não podem mais ser utilizados para se referir à doença. Oliveira reforça que o tratamento contra a hanseníase está disponível de forma gratuita pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Ela cita também a vacina inédita para hanseníase que será testada no Brasil pelo Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz). Chamada de LepVax, a vacina será a primeira para a doença avaliada no país durante testes clínicos.

O microbiologista e professor do Departamento de Microbiologia da Universidade Federal de Minas

Gerais (UFMG), Flávio Guimarães da Fonseca, explica que a campanha do Janeiro Roxo é fundamental para quebrar o estigma da doença.

"É importante levar essas informações ao público, especialmente para conscientizar as pessoas de diversas formas, retirando o estigma social do 'leproso'. Isso não existe mais. É uma doença como qualquer outra. É totalmente tratável e precisa ser diagnosticada. É necessário levar conhecimento à população, desmistificando a ideia de que a doença deve ser tratada com isolamento. Não é assim. Isso já foi feito, por exemplo, com o HIV, exatamente por meio dessas campanhas públicas."

Hospital do Pará supera 336 mil atendimentos

Com mais de 336 mil atendimentos realizados em 2025, o Hospital Geral de Tailândia (HGT) manteve atuação contínua na assistência à saúde da população da Região de Integração do Tocantins. A unidade, gerida pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano (INDSH), em parceria com a Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará (Sespa), oferta serviços de baixa e média complexidade a moradores de Tailândia e municípios vizinhos, com apoio do Governo do Estado.

Do total de procedimentos registrados ao longo do ano, 184.880 corresponderam a exames diagnósticos, reforçando o papel do hospital como apoio fundamental à linha de diagnóstico. As análises clínicas somaram 150.304 atendimentos, enquanto os exames de imagem e complementares totalizaram 34.576 procedimentos, entre radiografias, ultrassonografias, eletrocardiogramas e outros.

No atendimento ambulatorial, o HGT contabilizou 10.729 consultas em especialidades como Ortopedia, Anestesiologia, Pediatria, Ginecologia e Obstetrícia e Cirurgia Geral. No mesmo período, foram realizadas 3.123 cirurgias, incluindo procedimentos ortopédicos, ginecológicos e de cirurgia geral, além de 1.351 partos, consolidando a unidade como referência regional nos atendimentos cirúrgicos, obstétricos e na assistência materno-infantil.

O Pronto Atendimento (P.A.) do hospital registrou mais de 70 mil atendimentos em 2025, absorvendo grande parte da demanda espontânea da população. O serviço garante acesso imediato à avaliação médica, exames e encaminhamentos, conforme a complexidade de cada caso.

Entre os avanços do ano, destaca-se a implantação do 10º Centro de Hemodiálise do Estado do Pará no HGT. O serviço ampliou o acesso ao tratamento de pacientes renais crônicos da região, reduzindo deslocamentos para outros municípios. Com capacidade para atender até 120 pacientes por mês, o centro realizou 6.841 sessões de hemodiálise em 2025, com acompanhamento regular de cerca de 61 pacientes.

Outro investimento relevante foi a entrega das novas Unidades de Terapia Intensiva (UTI) Adulto e Neonatal. As unidades somam 20 leitos, sendo 10 adultos e 10 neonatais.

Força Nacional do SUS avaliará estruturas de saúde em Roraima

Igor Evangelista/Ministério da Saúde



Ministério também estrutura plano de contingência

Após o ataque à Venezuela ocorrido no sábado (3), o Ministério da Saúde enviou equipe da Força Nacional do SUS (FNSUS) para avaliar as estruturas de saúde, profissionais, vacinas e outros insumos em Roraima, estado que faz fronteira com o país.

A pasta também estrutura plano de contingência para resposta do SUS ao possível agravamento da crise internacional e avanço da demanda de migrantes na região fronteiriça. Até o momento, o fluxo migratório segue o mesmo na região.

Desde o início das operações militares no entorno do país vizinho, o Ministério da Saúde mobilizou equipes da Agência Brasileira de Apoio à Gestão do Sistema Único de Saúde (AgSUS), FNSUS e de Saúde Indígena para reduzir, ao máximo, os impactos no SUS bra-

sileiro.

O Ministério da Saúde informou ainda que está à disposição da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS) para o caso de ajuda humanitária. A Operação Acolhida foi totalmen-

te assumida pelo Ministério da Saúde em 2025, após os Estados Unidos suspenderem o financiamento das agências internacionais que apoiavam a estratégia humanitária.

Desde julho, com a implan-

tação do Projeto Saúde nas Fronteiras, em parceria com a AgSUS, o ministério mantém 40 profissionais permanentes que fazem o acompanhamento e o acolhimento dos migrantes nos abrigos em Pacaraima e Boa Vista. Até dezembro, foram investidos cerca de R\$ 900 mil em equipes e insumos.

O Saúde nas Fronteiras conta com equipes multiprofissionais, compostas por médico, enfermeiro, técnico de enfermagem, nutricionista, psicólogo, assistente social e mediador intercultural para atuação em espaços de alojamento e ocupações espontâneas. Além disso, inclui equipe de técnicos de enfermagem, auxiliares administrativos e mediadores interculturais, com foco nas demandas de imunização.